
CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA

X MANDATO

Acta N.º6 de 20/03/13

Aos vinte dias do mês de Março do ano dois mil e treze, na Biblioteca Municipal do Vale da Amoreira, pelas vinte e uma horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita sob a Presidência do Sr. Vice-Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Vivina Maria Semedo Nunes, Vítor Manuel Rodrigues Cabral, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Carlos Alberto Picanço dos Santos, Miguel Francisco Amoêdo Canudo e Maria João Aleixo Carvalho.

De notar as ausências do Sr. Presidente João Manuel de Jesus Lobo e do Sr. Vereador António José Gonçalves Duro, sendo consideradas justificadas as faltas.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Vice-Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. FÉRIAS JOVENS 2013 – CONTRATAÇÃO DE MONITORES	7
2. ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL	7
3. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A ATIVIDADES DESPORTIVAS – ATLESTISMOITA 2012/2013	8
4. RATIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DO CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA MOITA	8
5. DESISTÊNCIA DO ESPAÇO DE VENDA Nº 402, COM ATIVIDADE DE ROUPAS NO MERCADO MENSAL	9
6. DESISTÊNCIA DAS BANCAS NºS 13 E 14 COM A ATIVIDADE DE PEIXE, SITAS NO MERCADO MUNICIPAL FIXO DA BAIXA DA BANHEIRA, ZONA SUL	9
7. DESISTÊNCIA DAS BANCAS NºS 49 E 50 COM ATIVIDADE DE FRUTAS E HORTALIÇAS, SITAS NO MERCADO MUNICIPAL FIXO DA BAIXA DA BANHEIRA, ZONA SUL	10
8. DESISTÊNCIA DA BANCA Nº 25 COM A ATIVIDADE DE DIVERSOS, SITA NO MERCADO MUNICIPAL FIXO DA BAIXA DA BANHEIRA, ZONA SUL	10
9. DESISTÊNCIA DA BANCA Nº 3 COM A ATIVIDADE DE DIVERSOS, SITA NO MERCADO MUNICIPAL FIXO DA MOITA	11
10. ATRIBUIÇÃO A TÍTULO PROVISÓRIO DOS ESPAÇOS NºS 25 E 26 COM A ATIVIDADE DE ROUPAS NO MERCADO MENSAL	11

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Vice-Presidente, foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção dos Múncipes:

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. José Pedro Pereira – Lamentou as poucas presenças de múncipes nesta reunião pública, uma vez que houve bastante informação, apesar de o Jornal “Rostos” ter informado que a reunião se realizaria na Junta de Freguesia, no entanto pensa, que as pessoas estão desinteressadas em relação à freguesia, relembro também que houve pouca participação da população aquando da manifestação contra a Extinção de Freguesias.

Chamou a atenção em relação às hortas que continuam a crescer, em número, e cada vez existem mais barracas, salientando que falou com o Sr. Presidente da Junta, que viu a situação com a Câmara Municipal e algumas das barracas foram retiradas de imediato.

Alertou ainda que, junto ao campo de futebol do Desportivo de Portugal, existe mais uma barraca e uma vedação de uma horta, esclarecendo que não é contra as hortas mas sim contra a forma como estas estão “desorganizadas”, exemplificando.

Disse ainda que, relativamente às barracas e às roulettes existentes junto ao PER, ao Bairro Paixão e à escola do mato, continuam a aumentar e apesar do Sr. Vereador dizer que iam tomar medidas até hoje nada aconteceu, sendo que a situação continua a piorar até relativamente aos desvios de água e luz.

Perguntou também como estava a situação do Palacete da Fonte da Prata, porque já há seis meses que se falou na procura de soluções e até agora ainda não se soube de nada.

Sr. Carlos Albino – Disse que junto à Biblioteca Municipal, na Baixa da Banheira, há algum tempo apareceu escrito na parede “aqui há falsos recibos verdes desde 2005” e passado pouco tempo as paredes foram logo pintadas e apagado o que lá constava, questionando o porquê da Biblioteca do Vale da Amoreira ter as paredes adjacentes todas deterioradas, degradadas e escritas e a Câmara Municipal não proceder de igual forma e mandar pintar as paredes deste mesmo espaço.

Sr. Vítor Santos – Disse querer apresentar uma situação que o deixou chocado, quando leu no Jornal “Regiões”, sobre a iluminação pública no Vale da Amoreira, uma vez que esteve por dentro do assunto e disse estar à vontade para desmentir aquilo que o Jornal relatava, dando exemplos de algumas situações que aconteceram na Freguesia nomeadamente a destruição de um PT com o sequente roubo do equipamento que permitia o fornecimento da iluminação pública, sendo que foi, de imediato, participado à Câmara Municipal e esta em conjunto com a Junta de Freguesia, participou à EDP que providenciou para que a situação fosse normalizada com a respectiva substituição do que havia sido destruído e roubado.

Relembrou ainda que, nesta Freguesia, quase todos os dias são roubadas as grelhas dos sumidouros e há bem pouco tempo foram roubadas quase cem, sendo que a autarquia tem que as repor com o conseqüente prejuízo que isso trás.

Sr. Lenine – Disse ter algumas situações que gostaria de esclarecer, nomeadamente:

- sobre o IMI perguntou se a Câmara Municipal teve em conta que o Vale da Amoreira é um bairro social e que os seus moradores são pessoas com algumas dificuldades financeiras uma vez que o valor de algumas habitações foi aumentado quase 400%, salientando que a Câmara Municipal também deveria ter informado as Finanças que aquele era um bairro social;

- esclareceu que mora junto aos táxis, e no local existe uma passagem de peões logo a seguir a uma curva, sendo que já houve pessoas que foram atropeladas na passadeira e a sua própria viatura já foi abalroada duas vezes pois existem muitos acidentes no local, e desde há cinco anos que vem pedindo que se coloque

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

uma lombas naquela entrada e até hoje o seu pedido ainda não foi atendido apesar de a Câmara Municipal já ter colocado lombas em vários locais que descreveu, perguntando quando é que existem condições para que a mesma seja colocada;

- disse que, em tempos, solicitou que nas traseiras da sua casa fosse colocado um candeeiro de iluminação, e foram colocados onze, pensando que não haveria necessidade da colocação de tantos, mas depois o trabalho não foi acabado e a zona ficou por limpar sendo que o espaço agora é um amontoado de ervas, solicitando pois que seja limpo e arranjado;

- pediu à Junta de Freguesia que colocasse dois bancos e esta colocou bancos velhos que, actualmente, já não têm ripas o que se torna perigoso para as crianças, solicitando agora que coloquem bancos novos ou tirem os que lá se encontram pois não apresentam condições;

- expôs ainda a questão dos buracos nas estradas da freguesia, identificando vários locais;

- solicitou que a via pública fosse limpa mais vezes uma vez que quando partem garrafas, os vidros chegam a ficar quinze dias por limpar.

De seguida foi dada a palavra aos Srs. Vereadores para que esclarecessem os assuntos expostos.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Sobre os buracos nas estradas da Freguesia do Vale da Amoreira disse que os serviços da Câmara estão a tentar controlar, não da forma que gostariam mas da forma que é possível, uma vez que o Inverno tem sido extremamente violento e neste momento a Câmara Municipal não dispõe de um cilindro para compactar, acrescentando que a Câmara tem conhecimento das situações existentes uma vez que o Presidente da Junta comunica frequentemente as situações que ocorrem e assim que o trabalho for planificado com certeza que os mesmos serão tapados.

Em relação ao pedido da lombas disse que o problema do trânsito, dos excessos de velocidade e da sinistralidade não se resolvem com a colocação de lombas, mas sim com civismo e a consciência de cada um, porque por vezes a colocação de lombas cria outros tipos de problemas, sendo que este tipo de lombas estão, cada vez mais, a ser retiradas dos locais urbanos.

Em relação às hortas, disse ser injusto dizerem que nada está a ser feito sobre o assunto, uma vez que a Câmara Municipal através dos seus serviços competentes tem a situação controlada no Bairro e o Regulamento foi aprovado, logo irá ser posto em prática, portanto as hortas não estão a aumentar e se algum for construído entretanto terá que ser retirado. Em relação às barracas e roulotte junto ao PER, não existem mais, as que já existiam estão devidamente identificadas e inclusivamente sabe-se onde vão buscar a electricidade e a água, mas os serviços, tanto da EDP como da Câmara Municipal, estão a tratar do assunto.

Sr. Vereador Carlos Santos – Disse que houve situações apresentadas pelos munícipes que não custam nada a fazer, que são coisas materiais, como por exemplo a questão de falta de ripas nos bancos é de fácil resolução, compra-se as mesmas, e existem outras coisas materiais que parecem ser, também, de fácil resolução mas não o são porque envolvem outras entidades, como por exemplo, numa anterior reunião um dos munícipes aqui presentes falou na falta de iluminação em algumas ruas e a Câmara fez o que tinha que fazer, no dia seguinte, pediu à EDP para que resolvesse o problema e até hoje ainda não obteve resposta. Mais acrescentou que estes são os tipos de coisas materiais que independentemente do tempo se vão resolvendo, mas existe outro tipo de coisas que não são assim como por exemplo as hortas, porque esta situação mexe com pessoas, e com pessoas que têm problemas sociais, portanto não se pode resolver de qualquer maneira e quando é perguntado quando se resolve, aí é que surge o problema porque a Câmara não pode responder, uma vez que é uma situação que tem que ser feita com calma e cuidado, explicando em seguida o trabalho que já foi desenvolvido, nomeadamente com algumas intervenções que já foram feitas, e a programação do que se irá fazer.

Esclareceu ainda que na Freguesia, nos últimos anos, foram gastos quinze milhões de euros, mas existem arranjos exteriores que foram feitos duas e três vezes, ou seja houve candeeiros que foram colocados várias vezes, houve habitações que foram vandalizadas várias vezes, portanto o que não se consegue alterar é a atitude das pessoas, lembrando que ultimamente até durante o dia as grelhas dos sumidouros foram roubadas.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Sobre as questões que foram colocadas pelos munícipes referiu em relação ao Palacete da Fonte da Prata que é um assunto que já foi apresentado, até mais que uma vez em reuniões de Câmara, e que numa delas foi criado um abaixo-assinado de um movimento de cidadãos que se intitulava “Vamos salvar o Palacete da Fonte da Prata”, que tem em seu poder, tendo o mesmo já sido subscrito por várias pessoas, relatando, em seguida, as reuniões que já foram efectuadas, com o executivo, sobre o assunto e esclareceu que aquele é um espaço para o qual se tem que ter propostas concretas e posteriormente ver-se os respectivos financiamentos, ficando também decidido fazer-se uma reunião alargada com outros munícipes que manifestaram interesse em preservar aquele espaço e de coloca-lo em utilidade pública, só que essa reunião ainda não foi convocada, fazendo um apelo para que a mesma seja agendada o mais rapidamente possível.

Sobre o corte de árvores disse que muitas vezes faz-se o corte das existentes mas depois não se efectua a sua substituição, dando alguns exemplos de locais onde isso aconteceu, no entanto também salientou que existem vários espaços verdes no Concelho onde os jardineiros da Câmara tem feito um bom trabalho e os espaços estão bonitos, dando alguns exemplos.

Falou também sobre o Centro de Experimentação Artística, que diz ser um bom espaço numa freguesia tão carenciada, sendo que é uma referência para o Concelho e não só, lamentando o facto de as instalações serem óptimas e o projecto nunca mais andar, pensa que por falta de verbas, solicitando que lhe fosse dada alguma informação sobre quando é que aquele espaço fica à disposição da população para ser utilizado.

Em relação às hortas disse que é um pouco prática por todo o País a criação de hortas muitas das vezes até em substituição de espaços verdes, e isto tem um significado económico e cultural sendo espaços que têm alguma utilidade, nomeadamente para as pessoas se alimentarem. Acrescentando que no Concelho existe tradição destas hortas, acabando por ser não só uma vertente económica como social, e trazem também uma carga dos usos e costumes das pessoas que vieram para o Concelho. Salientou o facto de recentemente ter sido aprovado o Regulamento das Hortas, tendo sido um bom passo que foi dado, no entanto com a actual conjuntura económica as hortas tem tendência a crescer de forma desregulada, portanto com este instrumento tentar-se-á ordenar as coisas o melhor possível para que ele tenha eficácia no terreno, explanando em seguida quais os passos que deverão ser dados a seguir para que se possa implementar e aplicar este Regulamento às realidades existentes.

Disse estar ligado às escolas, e como tal solicitava à Câmara para que desse atenção especial à parte escolar desta freguesia, porque apesar de ser um sector que não está sob a alçada da Câmara Municipal, esta tem acento nos órgãos das escolas, e a Escola Secundária do Vale da Amoreira precisa de uma intervenção a sério, até nos próprios acessos à escola, porque esta tem vindo a perder alunos e bons professores, entre outros problemas que enumerou.

Sr. Vereador Vítor Cabral – Relativamente às zonas verdes disse que, com certeza, todos gostariam que as zonas verdes estivessem espalhadas por todo o Concelho e que não houvesse espaços abandonados mas muitas das vezes isso é impensável porque não existem nem condições, nem verbas para que se chegue a esse ponto, no entanto as zonas verdes que existem no Concelho, não são muitas, mas as que existem estão de uma forma geral bem tratadas e os jardineiros da Câmara cuidam muito bem delas e fazem uma boa manutenção.

Quanto às hortas urbanas disse que estas são necessárias numa série de vertentes, até na da ocupação do solo e na manutenção de alguns espaços.

Sobre a questão das árvores que foram cortadas junto ao cemitério e no largo da igreja foi um trabalho bem feito porque estavam podres e em risco de caírem, e a calçada que já se encontra feita no local assim como os espaços para colocação das novas árvores está um trabalho bem feito.

Disse que na última reunião falou-se na recuperação de espaços e edifícios das zonas históricas do Concelho, isto relembro também a recuperação do Palacete da Fonte da Prata e como é obvio a Câmara Municipal não tem dinheiro para fazer estas recuperações, nem mesmo para os edifícios que são particulares, contudo lembrou que existem linhas de crédito e fundos europeus que poderão dar uma ajuda para a recuperação de alguns espaços e edifícios, dando como exemplo um Programa Europeu que teve conhecimento no seu local de trabalho e do qual deu conhecimento a todo o executivo.

Sr. Vice-Presidente – Esclareceu sobre o Palacete da Fonte da Prata que a recuperação de um edifício daquela natureza, neste momento, está para além dos fundos próprios do Município uma vez que se está a falar de quantias muito avultadas que seriam necessárias para recuperar e re-funcionalizar aquele edifício, apesar disso a Câmara tem tentado preservá-lo na medida do possível e defendê-lo dos roubos, sendo que há algum tempo o mesmo sofreu danos irreparáveis que foi o roubo de materiais valiosos, a Câmara tentou bloquear as entradas e tem-se mantido o controlo por forma que neste momento a situação desse ponto de vista não se agravou, para além disso tem-se tentado procurar instituições que possam assumir alguma utilização daquele espaço e encarregar-se da sua recuperação, e neste momento fizemos um contacto com uma instituição, que nos solicitou o conhecimento do equipamento e vários elementos que foram fornecidos, estando neste momento a Câmara à espera da avaliação e eventual resposta. Mais acrescentou que não existe, nem houve nos últimos anos, assim como no período de término do QREN acesso a financiamentos para aquele tipo de operação, excepto quando inseridos em projectos de renovação urbana, que não é o caso, espera-se pois que no próximo Quadro Comunitário de Apoio, que está a ser preparado pelo Governo, possam voltar a haver acessos a alguns fundos e a Câmara manter-se-á atenta para procurar todas as oportunidades que venham a surgir.

Sobre a questão da Biblioteca do Vale da Amoreira, disse que a mesma é muito cuidada porque para além de ser a mais antiga, em termos de edifício, é aquela que tem uma extraordinária actividade e tem um extraordinário carinho por parte da Câmara, no entanto lastima que algumas pessoas não sintam o mesmo e façam o que fazem. Mais acrescentou que a Câmara intervém regularmente na manutenção do edifício, mas aquelas intervenções que nalguns sítios são possíveis de fazer de recuperação de grafítis, noutras não são possíveis uma vez que o produto que se utiliza é muito forte e tem que se fazer logo a restauração da superfície, foi possível intervir na situação que foi referida do Fórum porque o espaço era pequeno, portanto as paredes da Biblioteca do Vale da Amoreira foram pintadas há dois anos e voltarão a sê-lo logo que for oportuno e possível.

Sobre as questões da iluminação pública esclareceu que a Câmara Municipal é cliente da EDP, e não intervém directamente nas questões das iluminações nem particulares, nem públicas, logo quando alguma situação indevida é reportada à Câmara, esta é apresentada e reclamada junto da EDP e eles reparam, apesar de se notar que o serviço prestado vem piorando de ano para ano, justificando esta sua afirmação.

Sobre o IMI disse que ainda se surpreende, de tantos anos passados e de tanto se falar neste assunto, que ainda se atribuem às câmaras responsabilidades que objectivamente não são nem nunca foram delas, esclarecendo que às câmaras municipais cabe apenas fixar dentro dos limites máximo e mínimo, aprovados, a taxa que será aplicada, explicando em seguida como funciona o calculo do IMI por parte das finanças e a aplicação da respectiva taxa por parte das câmaras municipais.

Disse ainda que relativamente ao pessoal que a Câmara Municipal tem, que não é muito, e que cada vez é menos por imposições governamentais, uma vez que há anos que as autarquias são obrigadas a reduzir pessoal, e com as condições que têm os trabalhadores, quer os da limpeza, quer os dos jardins são verdadeiramente extraordinários, são trabalhadores muito bons e que se esforçam imenso.

Disse pensar que já toda a vereação estava informada sobre o decurso do Centro de Experimentação Artística, no entanto irá repetir tudo o que já foi dito no final do ano transacto, descrevendo em seguida como decorreu todo o processo desde a sua origem como Projecto da Iniciativa Bairros Críticos, passando pelas verbas que foram negociadas com o IHRU para os equipamentos e esclarecendo que o Centro de Experimentação Artística irá abrir e entrar em funcionamento no dia 25 de Abril.

Sobre o assunto da Escola Secundária, como foi referido, a Câmara Municipal não tem tutela sobre o ensino secundário, mas mostrou-se sempre disponível para ajudar a escola sendo que a iniciativa terá que partir do agrupamento e do Ministério da Educação.

Em seguida o Sr. Vice-Presidente deu início ao período anterior à ordem do dia.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Vice-Presidente apresentou para conhecimento:

- A relação dos actos praticados no uso da delegação e subdelegação de competências, no período compreendido entre 04 e 15 de Março em curso;
- O Presidente da Câmara Municipal remeteu para conhecimento a tomada de posição subscrita por todos os Municípios accionistas da AMARSUL – pela defesa, valorização e manutenção na esfera pública dos Serviços Públicos de Resíduos;
- O Presidente da Câmara Municipal remeteu para conhecimento a tomada de posição subscrita por todos os Municípios accionistas da SIMARSUL – Sobre a Tarifa aprovada para 2013;
- O Presidente da Câmara Municipal remeteu para conhecimento a tomada de posição subscrita por todos os Municípios accionistas da SIMARSUL – pela defesa, valorização e manutenção na esfera pública, da gestão Água e dos Serviços Públicos de Águas e Saneamento;
- A Assembleia Municipal de Almada enviou a Atividade em Plenário;
- A Assembleia Municipal de Almada enviou as Moções sobre o IMI e o OE 2013;
- A Assembleia Municipal de Almada enviou Moção sobre a “Arrábida a Património Mundial”;
- A Assembleia Municipal de Almada enviou Moção “Não a contentores na Trafaria”;
- A Assembleia Municipal de Almada remeteu as Resoluções sobre “Poder Local Democrático”;
- O Gabinete do primeiro-ministro acusou a recepção das propostas enviadas sobre a Lei das Finanças Locais e a ERSAR.
- A posição actual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria, da Câmara.

Foram submetidas a votação as seguintes atas:

- Ata nº28, de 19 de Dezembro de 2012, tendo sido aprovada por unanimidade;
- Ata nº1, de 9 de Janeiro de 2013, tendo sido aprovada por unanimidade;
- Ata nº2, de 23 de Janeiro de 2013, tendo sido aprovada por maioria com abstenção do Sr. Vereador Joaquim Raminhos, por não ter estado presente na reunião.

O Sr. Vice-Presidente deu conhecimento que, apesar de não ter mais elementos, chegou-lhe ao conhecimento através da Junta de Freguesia da Baixa da Banheira que foi tornada pública a intenção de encerrar o Posto de Correios que funciona na Baixa da Serra e que desde há vários anos tem uma grande afluência e boas condições para o seu funcionamento, mas esta é uma medida na sequência de um conjunto que vem sendo tomadas, como se tem visto na imprensa, os CTT's estão a proceder ao encerramento de agências e estações e querem fazê-lo também neste posto, acrescentando que a Câmara Municipal tem uma opinião fortemente contrária a esta intenção, e tudo fará em defesa daquele serviço público.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

De seguida o Sr. Vice-Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no período antes da ordem do dia.

Sr. Vereador Vítor Cabral – Disse que sobre a questão do encerramento do posto dos CTT na Baixa da Serra a Câmara Municipal deveria oficialmente enviar, nem que seja uma carta, à administração dos CTT a chamar atenção para a situação e a mostrar a contrariedade que isso vai fazer na vida dos munícipes, porque o posto com mais afluência é mesmo este e não a estação central na Baixa da Banheira.

Não havendo mais intervenções passou-se de seguida ao período da ordem do dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Vice-Presidente.

1. FÉRIAS JOVENS 2013 – CONTRATAÇÃO DE MONITORES

“Nos termos do nº10 do art. 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, do nº 8, do art. 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, da alínea a) do nº2 do art. 22º, da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro conjugado com o disposto no nº4 do mesmo artigo e do nº1, do art. 6º do Decreto-Lei nº209/2009, de 3 de setembro, na redação dada pelo artigo 20º da Lei nº 3-B/2010, de 28 de Abril, a celebração de contratos de tarefa dependam de parecer favorável do órgão executivo relativamente à verificação do requisito referido na alínea a) do nº2, do art. 35º e nº1 do art. 94º, da Lei nº12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nº(s) 64-A/2008, de 27 de fevereiro e 3-B/2010, de 28 de abril.

Assim, nos termos informados pelo serviço, sou a propor que a Câmara Municipal autorize a celebração de contratos de prestação de serviço, em regime de tarefa, no âmbito do projeto Férias Jovens 2013, tendo aqueles por objeto o acompanhamento e dinamização de grupos de crianças e jovens com idades entre os 8 e os 14 anos, em actividades de tempos livres, de modo a assegurar três turnos quinzenais, com a remuneração de € 250 (duzentos e cinquenta euros) acrescido de IVA se devido, por turno, não ultrapassando o valor global da proposta os € 7500 (sete mil e quinhentos euros, com IVA incluído), a onerar a rubrica 06.06.02.03.05.73.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

2. ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL

“Nos termos do disposto no nº2 do artigo 38º, da Portaria 145-A/2012, de 6 de Abril, tendo por fundamento o conjunto de imposições previstas no Orçamento de Estado para 2013, aprovado pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro, designadamente quanto ao disposto no seu art. 65º, que impõe às autar -

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

quias uma redução efetiva de 2% do número de trabalhadores ao serviço, face aos efetivos existentes em 31 de dezembro de 2012, proponho a anulação do procedimento concursal na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de dois postos de trabalho na carreira de assistentes técnicos – assistente administrativo, autorizado por deliberação deste órgão em reunião ocorrida no dia 10 de novembro de 2010 e aberto através do aviso nº281/2012 publicado no Diário da República, 2ª série, nº82, de 28 de abril de 2011.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

3. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A ATIVIDADES DESPORTIVAS – ATLETISMOITA 2012/2013

“A Câmara Municipal promove anualmente o Torneio de Atletismo Atletismoita. Este torneio decorre ao longo de toda a época desportiva e é organizado em conjunto com os Clubes do concelho que se dedicam a este desporto.

Cada um dos clubes é responsável pela organização de uma das provas que decorre na sua área de influência.

A Câmara Municipal tem o compromisso de apoiar cada prova com um subsídio de 600 € (seiscentos euros).

Nesse sentido proponho:

. Clube Recreativo do Penteado (09.03.2013)

4º Grande Prémio de Atletismo do Penteado – 600€ (seiscentos euros).

Este apoio financeiro tem cabimento na rubrica 252/22/07 – ATLETISMOITA – 06.02.03.05.07”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pela Srª Vereadora Vivina Nunes.

4. RATIFICAÇÃO DE ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DO CONTRATO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA MOITA

“A Portaria nº 396/2007, de 2 de Abril (com as alterações introduzidas pela Portaria nº 285/2008, de 10 de Abril) cria e regulamenta o Programa dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), que tem por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Foi o concelho da Moita seleccionado para a implementação de um CLDS neste território, com a Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros enquanto entidade coordenadora local.

O Plano de Ação do CLDS, de acordo com o nº1 da Norma XI da Portaria nº396/2007, de 2 de Abril (com as alterações introduzidas pela Portaria nº 285/2008, de 10 de Abril), foi aprovado pelo CLASM (Conselho Local de Ação Social da Moita) e ratificado em reunião de Câmara Municipal de 23 de Maio de 2012.

Existiu no entanto um pedido de alteração por parte da Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros quanto à transferência para o ano de 2013 do financiamento aprovado para o ano de 2012, e não executado integralmente nesse ano, verba que diz respeito ao equipamento e à realização de obras no espaço onde funciona o CLDS, alteração já aprovada por parte da Segurança Social, conforme ofício em anexo.

Considerando que esta alteração já foi aprovada em sede de CLASM, proponho a sua ratificação pela Câmara Municipal.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Vereador Miguel Canudo.

5. DESISTÊNCIA DO ESPAÇO DE VENDA Nº 402, COM ATIVIDADE DE ROUPAS NO MERCADO MENSAL

“No dia vinte e sete do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, foi rececionado requerimento em nome de Joaquim João Samora Rodrigues, residente na Rua 1º de Maio, nº44, Porto Alto, adjudicatário do espaço de venda nº 402, com a actividade de roupas, no Mercado Mensal, no qual solicitava a desistência do direito ao uso do mesmo.

Assim, proponho:

Que ao abrigo da alínea c) do nº4 do art. 22º do Regulamento das Feiras e Mercados Tradicionais e Venda Ambulante do Concelho da Moita, seja aceite a renúncia do titular.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

6. DESISTÊNCIA DAS BANCAS NºS 13 E 14 COM A ATIVIDADE DE PEIXE, SITAS NO MERCADO MUNICIPAL FIXO DA BAIXA DA BANHEIRA, ZONA SUL

“No dia vinte e oito de janeiro do ano de dois mil e treze, foi rececionado um requerimento em nome de José de Jesus Pedro dos Santos, residente na Estrada de Palmela CCI 8406, freguesia e concelho da Moita, adjudicatário das bancas nºs 13 e 14, com a actividade de peixe, sitas no Mercado Municipal Fixo da Baixa da Banheira, zona sul, no qual solicitava a desistência do direito ao uso das mesmas.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Assim, proponho:

Que ao abrigo da alínea d) do nº1 do art. 8º do Regulamento Municipal dos Mercados Fixos de Venda a Retalho, seja aceite a renúncia do titular.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

7. DESISTÊNCIA DAS BANCAS NºS 49 E 50 COM A ATIVIDADE DE FRUTAS E HORTALIÇAS, SITAS NO MERCADO MUNICIPAL FIXO DA BAIXA DA BANHEIRA, ZONA SUL

“No dia três de janeiro do ano de dois mil e treze, foi rececionado um requerimento em nome de Maria do Carmo da Conceição Martins, residente na Rua da Liberdade, nº26 na Freguesia da Baixa da Banheira e Concelho da Moita, adjudicatária das bancas nºs 49 e 50, com a actividade de frutas e hortaliças, sitas no Mercado Municipal Fixo da Baixa da Banheira, zona sul, no qual solicitava a desistência do direito ao uso das mesmas.

Assim, proponho:

Que ao abrigo da alínea d) do nº1 do art. 8º do Regulamento Municipal dos Mercados Fixos de Venda a Retalho, seja aceite a renúncia do titular.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

8. DESISTÊNCIA DA BANCA Nº 25 COM A ATIVIDADE DE DIVERSOS, SITA NO MERCADO MUNICIPAL FIXO DA BAIXA DA BANHEIRA, ZONA SUL

“No dia onze de janeiro do ano de dois mil e treze, foi rececionado um requerimento em nome de Maria Delfina Filipe de Oliveira Santos, residente na Avenida da Liberdade, nº9, 1º Esq., Freguesia da Baixa da Banheira e Concelho da Moita, adjudicatária da banca nº 25, com a actividade de diversos, sita no Mercado Municipal Fixo da Baixa da Banheira, zona sul, no qual solicitava a desistência do direito ao uso da mesma.

Assim, proponho:

Que ao abrigo da alínea d) do nº1 do art. 8º do Regulamento Municipal dos Mercados Fixos de Venda a Retalho, seja aceite a renúncia do titular.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

9. DESISTÊNCIA DA BANCA Nº 3 COM A ATIVIDADE DE DIVERSOS, SITA NO MERCADO MUNICIPAL FIXO DA MOITA

“No dia dezoito de janeiro do ano de dois mil e treze, foi rececionado um requerimento em nome de Carlos do Espírito Santo Silva, residente no Alto do Pontão, na Freguesia e Concelho da Moita, adjudicatário da banca nº 3, com a actividade de diversos, sita no Mercado Municipal Fixo da Moita, no qual solicitava a desistência do direito ao uso da mesma.

Assim, proponho:

Que ao abrigo da alínea d) do nº1 do art. 8º do Regulamento Municipal dos Mercados Fixos de Venda a Retalho, seja aceite a renúncia do titular.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

10. ATRIBUIÇÃO A TÍTULO PROVISÓRIO DOS ESPAÇOS NºS 25 E 26 COM A ACTIVIDADE DE ROUPAS NO MERCADO MENSAL

“O nº 1 do Artº 20 do Regulamento das Feiras e Mercados Tradicionais e Venda Ambulante do Concelho da Moita, prevê que quando um lugar colocado em praça não seja arrematado, pode a Câmara Municipal autorizar a sua utilização até à realização de nova Hasta Pública.

Em 20/02/2013, veio a Srª Maria Fernanda Severino Silva, solicitar a atribuição a título provisório dos espaços nºs 25 e 26, com a atividade de roupas, no Mercado Mensal.

Assim, proponho:

1. Enquadrando-se o pedido no Regulamento supracitado, seja atribuído a título provisório os referidos espaços de venda, mediante o pagamento no total de 679.35€, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. Que a taxa de atribuição seja fracionada em 12 prestações mensais.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Vice-Presidente encerrada a reunião, sendo a respectiva acta aprovada em minuta. Eram vinte e duas horas e quarenta minutos. E eu, Alda Maria Fernandes Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente acta que assino com o Sr. Vice-Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas, encontram-se devidamente gravadas em cassetes, ficando as mesmas a fazer parte integrante desta acta.

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA
